

IMOCOP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.757.934/0001-84

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2014. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2014	2013
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	101	90
Aplicações financeiras	6	-	17.417
Contas a receber de clientes	7	11.990	10.492
Impostos e contribuições a recuperar		393	21
Outras contas a receber		30	23
Total do ativo circulante		<u>12.514</u>	<u>28.043</u>
Ativo não circulante			
Operações de mútuo	12	36.302	19.380
Terrenos e imóveis a comercializar	8	1.889	1.889
Propriedade para investimento	9	3.877	3.900
Total do ativo não circulante		<u>42.068</u>	<u>25.169</u>
Passivos			
Passivo circulante			
Fornecedores			31
Salários, encargos e contribuições sociais			2
Impostos e contribuições a recolher			203
Adiantamento de clientes	11	571	-
Dividendos a pagar	12	788	2.578
Outras contas a pagar		12	14
Total do passivo circulante		<u>1.607</u>	<u>2.765</u>
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido		44	44
Total do passivo não circulante		<u>44</u>	<u>44</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		21.127	21.127
Reserva legal		2.148	1.982
Reserva de retenção de lucros		28.083	25.721
Reservas de reavaliação		1.573	1.573
Total do patrimônio líquido	13	<u>52.931</u>	<u>50.403</u>
Total dos passivos		<u>1.651</u>	<u>2.809</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>54.582</u>	<u>53.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Em 2012	21.127	1.440	17.986	1.573	-	42.126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	542	-	-	(542)	-
Dividendos propostos	-	-	2.578	-	(2.578)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.578)	-	-	(2.578)
Retenção de lucro	-	-	7.735	-	(7.735)	-
Em 2013	21.127	1.982	25.721	1.573	-	50.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.316	3.316
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	166	-	-	(166)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(788)	(788)
Retenção de lucro	-	-	2.362	-	(2.362)	-
Em 2014	21.127	2.148	28.083	1.573	-	52.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades.

2. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2014.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - Propriedade para investimento; e • Nota explicativa nº 14 - Arrendamento mercantil operacional.

3. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados o o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo de ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis e partes relacionadas. (iii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o resultado é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **b. Terrenos e imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de aquisição ou construção. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **c. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilizada na produção ou fornecimento de produtos e serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é apresentada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **d. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. **e. Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento do início do ativo, e que o valor de perda seja maior do que o valor líquido dos fluxos de futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base

razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao período de arrendamento dos bens. **g. Receitas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **h. Imposto de renda e contribuição social:** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido são de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a receita bruta excedente de R\$ 20 mensais para o imposto de renda e de 9% da receita bruta para contribuição social.

4. Determinação do valor justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para o patrimônio líquido. Os valores justos são determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) **Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. (iii) **Propriedade para investimento:** O valor justo da propriedade para investimento, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

	2014	2013
5. Caixa e equivalentes de caixa		
Depósitos à vista	101	90
Total	<u>101</u>	<u>90</u>

6. Aplicações financeiras
Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados substancialmente a 90,84% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de março de 2013, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 10.

	Nota	2014	2013
7. Contas a receber de clientes			
Circulante			
Clientes no país		949	367
Partes Relacionadas	12	11.041	10.125
Total		<u>11.990</u>	<u>10.492</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

	2014	2013
8. Terrenos e imóveis a comercializar		
Natureza dos imóveis	Endereço	
Terreno	Rua Gomes Serpa, 137 - RJ	112 112
Terreno	Rua Gomes Serpa, 149 - RJ	118 118
Depósito fechado	Rua Conselheiro Mairink, 304 - RJ	772 772
Depósito fechado	Rua Rubião Junior - Mooca - SP	887 887
		<u>1.889 1.889</u>

	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Total
9. Propriedade para investimento			
Custo			
Saldo em 2013	3.380	591	3.971
Saldo em 2014	3.380	591	3.971
Depreciação			
Saldo em 2013	-	(71)	(71)
Depreciações do exercício	-	(23)	(23)
Saldo em 2014	-	(94)	(94)
Valor líquido contábil			
Em 2013	3.380	520	3.900
Em 2014	3.380	497	3.877

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedade para investimento: Estação Experimental em Camamu - BA; Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP; e Fazenda em Paulínia - SP por meio de arrendamento mercantil operacional. O prazo deste arrendamento é de cinco anos/safra. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso as partes cheguem a um acordo. Nenhum aluguel contingente é cobrado. Os imóveis são depreciados linearmente e possuem vida útil média de 25 anos.

10. Instrumentos financeiros
Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. **Divulgações quantitativas adicionais** são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. **Classificação de instrumentos financeiros:**

	2014	2013		
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado				
Depósitos à vista	101	90		
Aplicações financeiras	-	17.417		
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	11.990	10.492		
Operações de mútuo	36.302	19.380		
Outras contas a receber	30	23		
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	31	30		
Outras contas a pagar	12	14		
Valor justo				
Valor justo versus valor contábil				
	2014	2013		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

	2014	2013
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado		
Ativos:		
Depósito à vista	101	90
Aplicações financeiras	-	17.417
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	11.990	10.492
Operações de mútuo	36.302	19.380
Outras contas a receber	30	23
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	31	30
Outras contas a pagar	12	14

DIRETORIA

Luís Roberto Pogetti - Diretor Presidente
Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente

Soren Hoed Jensen - Diretor
Alexandre de Mattos Setten - Diretor

Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC-TC 1SP194441/O-2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
Receitas líquidas	15	2.312	11.714
Custo das vendas	16	-	(1.131)
Lucro bruto		<u>2.312</u>	<u>10.583</u>
Despesas administrativas	16	(539)	(624)
Outras receitas		-	45
Outras despesas		(24)	(25)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>1.749</u>	<u>9.979</u>
Receitas financeiras	17	2.304	1.696
Financeiras líquidas		<u>2.304</u>	<u>1.696</u>
Resultado antes dos impostos		<u>4.053</u>	<u>11.675</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(737)	(820)
Lucro líquido do exercício		<u>3.316</u>	<u>10.855</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	3.316	10.855	
Resultado abrangente total	<u>3.316</u>	<u>10.855</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	3.316	10.855	
Ajustado por:			
Baixa de imóveis a comercializar	-	1.131	
Depreciação	23	24	
Variações nos ativos e passivos			
Diminuição(aumento) do contas a receber de clientes	(1.498)	4.520	
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(372)	(2)	
(Aumento)/diminuição em outras contas a receber	(7)	27	
Aumento/(diminuição) em fornecedores	1	7	
Aumento de salários, encargos e contribuições sociais	2	-	